

DIALÉTICA DO CLICHÊ

Jean Pierre CHAUVIN¹

“Eu vos dou todas as ervas que dão semente, que estão sobre a superfície da terra, e todas as árvores que dão frutos que dão semente: isso será vosso alimento” (Gênesis).²

“O lugar, dizemos nós, é algo, porque definido no mundo por oposições definidas” (Henri Bergson).³

“Sim, mas não te esqueças de que quem manda aqui sou eu, Sim, foi o que o que o senhor disse, concordou eva” (José Saramago).⁴

RESUMO

Neste artigo considera-se a literatura como uma arte capaz de problematizar o sentido prévio de algumas frases-feitas empregadas no âmbito cotidiano. Textos da modalidade artística tanto incorporam quanto aprimoram determinadas fórmulas linguísticas. Eles permitem questionar o emprego irrefletido de conteúdos, formas e expressões.

PALAVRAS-CHAVE: Clichê; Linguística; Literatura.

ABSTRACT

In this article we consider the literature as an art capable of discuss the previous meaning of some headwords which are used in everyday life. Artistic texts both incorporate and enhance certain linguistic formulas. They allow to question the unthinking use of certain contents, forms and expressions.

KEYWORDS: Cliche; Linguistics; Literature.

*

Sugerimos aqui um breve exercício que comece com a sentença “A chuva deu uma trégua hoje”. Ponderemos. No contexto conversacional, ela assumiria sentidos variados. Poderia ser aceita como expressão da verdade (considerando que tivesse chovido nos dias anteriores) e/ou como frase-feita (tendo em vista que há maneiras variadas de se referir à alternância do clima atmosférico).

Talvez o primeiro nível de entendimento dispense maiores explicações. Embora pudéssemos colocar a noção de verdade em questão, o fato é que, uma vez aceita a afirmação de que a chuva cessou, provavelmente o interlocutor responderia com um breve comentário – próximo desses

1 Professor de *Cultura e Literatura Brasileira* na Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

2 *Bíblia de Jerusalém*, 2015, p. 35.

3 *O que Aristóteles pensou sobre o lugar*, 2013, p. 21.

4 *Caim*, 2009, p. 22.

termos: “Realmente!”, ou “Ainda bem...”, ou “De fato!” ou “Que alívio, não é mesmo?” – e o diálogo passasse a outro tópico mais relevante.

Consideremos outro aspecto. Do ponto de vista semântico, ao atribuir à “chuva” ação de “conceder uma trégua”, o fenômeno da natureza adquire o estatuto de sujeito. Personificada, a “chuva” seria capaz de iniciar ou encerrar um ciclo, como se a vazão de água constituísse seu arbítrio próprio, fruto de decisão particular. Ao se exprimir dessa forma, o falante sugere sua pequenez frente à batega que caiu da abóboda celestial.

A segunda palavra-chave é “trégua”. E aqui estamos no domínio da linguagem figurada. A possibilidade de “negar ou oferecer trégua” é uma decisão que envolve avaliação e juízo. Embora desgastada, a metáfora é poderosa – o que porventura explique a persistência desse lugar-comum entre nós.

Ao vincular o objeto direto (uma trégua) ao sujeito (chuva), sugere não apenas que o sol poderá sair, mas que a água dos últimos dias tenha caído em demasia. Por ser um vocábulo tomado de empréstimo ao léxico beligerante, “trégua” também sugere que a chuva mantivesse uma renhida batalha conosco. A metáfora sugere uma violenta e incessante disputa entre as poderosas bategas que vêm do céu e os guarda-chuvas, a driblar transeuntes.

Mas há que se acrescentar uma terceira informação, ao analisar esse brevíssimo “enunciado” (BENVENISTE, 2006). Desde tempos imemoriais, a chuva acumula dois sentidos fundamentais: o de fertilização e o de purificação, conforme salientam Juan-Eduardo Cirlot (2005) e Manfred Lurker: “Na linguagem metafórica do Oriente Antigo, as gotas de chuva são o esperma dos deuses [...] Na crença popular, chuva sobre a grinalda da noiva é sinal de prole rica” (LURKER, 2003, p. 133-134).

Ao asseverar que a chuva seja incômoda, estabelece-se uma aparente contradição. O protesto, ainda que momentâneo, contra a chuva nega os benefícios que ela carrega, também no plano simbólico. Pode-se afirmar que, em meio ao deslocamento sintático de “chuva” (que passou a ser sujeito da oração) e à transposição semântica de “trégua”, provocou-se uma “incoerência semântica”, nos termos do Grupo μ ⁵:

No seio de uma mesma passagem, em geral os conceitos evocados serão vizinhos ou aparentados. No nível do sintagma, essa exigência pode seguir até uma determinação parcial do sentido das palavras por seu contexto. Exprime-se essa propriedade dizendo-se que certos semas são iterativos: os classemas. Por exemplo, o objeto do verbo “beber” será, segundo toda probabilidade, um líquido [...] “o sol

5 Formado na França no final da década de 1960, o grupo μ reunia alguns expoentes da linguística francesa. Dentre outros temas, abordaram a arte Retórica greco-latina, sob a terminologia da Filosofia da Linguagem. CHAUVIN, Jean Pierre. Dialética do Clichê. In: Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 4, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, maio, 2017. ISSN 23581069

negro da melancolia” viola essa regra de coerência semântica” (DUBOIS, 1970, p. 40).

Quer dizer, a sentença “A chuva deu uma trégua” está colada ao cotidiano e, no momento de sua enunciação, o usuário da língua provavelmente não levou em conta sua dimensão cultural. Ao se articular sob a forma do clichê, pouco importa ao falante que a imagem sugerida contenha um lastro histórico.

Aqui devemos interpor uma ressalva. Costumamos empregar o termo “clichê”, como também se procedeu linhas acima, com o sentido que ele adquiriu no final do século XVIII – ou seja, pressupondo sua sinonímia com “lugar-comum”⁶. Mas, na evolução da palavra, o sentido era bem diferente, como mostra João Adolfo Hansen:

[...] como disse Cícero no século I a.C., repetido por Erasmo de Roterdã no século XVI, o lugar era como um molde definido como “sede do argumento” que se memorizava e que se aplicava para falar e escrever bem. O uso do lugar como molde era comum, como repetição partilhada coletivamente; mas a repetição não era mecânica como a do clichê na impressão⁷, mas uma variação elocutiva feita como emulação de discursos que já tinham usado os lugares que eram repetidos na nova situação (HANSEN, 2012, p. 159-160).

Esse dado é relevante porque, além de situar melhor os termos, permite discutir outro aspecto especificamente relacionado à expressão “lugar-comum”⁸. A carga pejorativa que ela veicula hoje, ou seja, desde o final do Oitocentos – com o advento da mentalidade romântica –, distorce o sentido original e valorativo da expressão, negligenciando o seu uso na Antiguidade greco-latina:

No *Brutus*, Cícero mostra que os lugares-comuns podem constituir matrizes para a invenção de palavras e expressões. Isto é, sendo ingredientes comuns a qualquer discurso, eles constituem a ossatura de um texto, mas precisamente por seu caráter esquelético, obrigam o autor a preenchê-los com o sangue, isto é, com variações do seu léxico específicas de cada situação (PLEBE; EMANUELE, 1992, p. 142).⁹

6 “[...] entendemos por lugares-comuns os esquemas de argumentos próprios a serem empregados em todas as circunstâncias. Nisso, eles se opõem aos ‘lugares específicos’, reservados a certos domínios particulares, como as ciências ou o direito. O seu caráter eventualmente manipulador se deve ao estatuto de pressupostos e, portanto, à incerteza do acordo por parte dos interlocutores sobre sua validade” (ROBRIEUX, 1993, p. 159).

7 “Francis Goyet tratou dessa associação de clichê e lugar-comum, lembrando que o clichê é o nome da placa de metal que é usada como molde para imprimir a página inteira de um texto” (HANSEN, 2012, p. 159).

8 “A memória artificial fundamenta-se em lugares e imagens, definição básica que será seguida no transcorrer do tempo. Um *locus* é um lugar facilmente apreendido pela memória, como uma casa, um intercolúnio, um canto, um arco etc. Imagens são formas, signos distintivos, símbolos daquilo de que queremos nos lembrar” (YATES, 2007, p. 23).

9 Na mesma direção dos italianos, Olivier Reboul resgata o pressuposto aristotélico – recolocado em uso por Cícero três séculos depois –, que defendia o lugar-comum não como fim em si mesmo, mas como ponto de partida para novas ideias e argumentos: “No sentido mais técnico, o dos *Tópicos*, o lugar não é um argumento-tipo nem um tipo de argumento, mas uma questão típica que possibilita encontrar argumentos e contra-argumentos: ‘os lugares [...] são como etiquetas dos argumentos, sob as quais vamos buscar o que há para dizer num ou noutro sentido (Cícero, *Orador*, p. 46).’” (REBOUL, 2000, p. 52).

CHAUVIN, Jean Pierre. Dialética do Clichê. In: Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 4, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, maio, 2017. ISSN 23581069

Isto posto, passemos da análise à interpretação. Aventemos a possibilidade de o falante justificar a sua mente fértil, recorrendo à ideia de que ter apanhado chuva (elemento fértil e purificador) nos dias anteriores favoreceu a sua criativa reflexão sobre o próprio fenômeno natural. Estaria ele incorrendo em novo lugar-comum?

Hipótese: a consciência na utilização de lugares-comuns atrela-se ao repertório do enunciador e de seu ouvinte/leitor. Quer dizer, a (in)definição do termo vincula-se aos variados graus de conhecimento dos atores envolvidos no contexto comunicacional. Sempre haverá aqueles que sairão à rua sob o céu plúmbeo, para depois responsabilizar o fenômeno pelo fato comuníssimo de ter esquecido o guarda-chuva.

**

Imaginemos que um indivíduo se referisse a outro como “Fulano é uma pessoa do bem”. A exemplo do que acontece na frase anterior, compreenderemos essa sentença de três maneiras: ou concedemos crédito ao falante, supondo que seu juízo de valor corrobore o próprio caráter; ou supomos que se trate de uma falácia (intencional ou não); ou desconfiaremos que se trata de um enunciado proferido em chave irônica, negando na intenção o que vai registrado na forma.

Particularmente no Brasil, “homem do bem” é uma expressão utilizada indistintamente, em especial por hipócritas que ocupam posições-chave no Congresso dito Nacional. Em termos históricos, ela parece relacionar-se à concepção de “homens bons”, em vigor no pequeno grande universo luso-brasileiro, durante o século XVII. Nos tempos da Colônia, ela abrangia capitães-gerais, governadores, fidalgos, senhores de engenho, juízes de fora e burocratas do alto escalão reinol.

Ainda que aceitássemos a denominação “pessoa do bem” como um encômio ao sujeito elogiado, precisaríamos levar em conta os artifícios que presidem as intenções do enunciador, ao estender tal qualidade ao Fulano em questão. Seria uma formalidade, condicionada a uma relação pessoal entre quem e de quem se fala? Talvez vivamos sob a síndrome milenar do pecado original, referidas nas Escrituras.

Mas, afinal, seria possível precaver-se contra os atos de má-fé? Em que consiste o ato de comer a maçã? Ele poderia ter sido evitado? Ou se tratava de uma cena de teor simbólico, para demonstrar o alcance do dogma e a potência do castigo? Sugeriu José Saramago: “[...] brada aos céus a imprevidência do senhor, que se realmente não queria que lhe comecem do tal fruto, remédio

fácil teria, bastaria não ter plantado a árvore, ou ir pô-la noutra sítio, ou rodeá-la por uma cerca de arame farpado” (SARAMAGO, 2009, p. 13).

Como se supõe, tanto o discurso que alega corresponder à verdade quanto o que se assume como obra de ficção¹⁰ podem ocupar diversos âmbitos e cambiar de posição. Não por acaso, enunciados dessa modalidade relembram a importante distinção entre pessoa e *persona*. Benveniste já havia nos ensinado que:

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor (BENVENISTE, 2006, p. 84).

Além do caráter pragmático do discurso que compartilhamos com os demais, há que se considerar a representação do diálogo nas narrativas protagonizadas por personagens – por sinal, criaturas quase sempre mais coerentes que nós. Talvez seja ilustrativo avançar na problematização recorrendo a exemplos colhidos no intervalo que vai da pessoa civilmente dada à voz que verseja ou narra. Como esclareceu Francisco Achcar:

“[...] entre Drummond e seu poema há uma figura fictícia, que é produto da situação enunciativa. Não se trata de uma personagem do texto, mas de um autor simulado, que corresponde ao eu-lírico da poesia drummondiana e que tendemos a identificar com o autor empírico. O mesmo se pode dizer de Safo, ainda que aqui não tenhamos elementos para constatar, como no caso de Drummond, a proximidade ou a distância entre a pessoa empírica e o eu-lírico (ACHCAR, 1994, p. 49).

Na forma como foi redigida, a assertiva (“Fulano é uma pessoa do bem”) sugere que o falante estivesse em um ambiente coletivo (não necessariamente em companhia do sujeito que elogia). O fato de se tratar de uma sentença conveniente, prevista pelos protocolos sociais, permite que desconfiemos de sua autenticidade e, portanto, das intenções do enunciador.

Suponhamos que uma pessoa supostamente bem-sucedida alardeasse a sentença “Venci na vida”. Como bem sabemos, a frase denota orgulho por parte do falante. Por detrás dessa assertiva há

10 O estudo da narrativa ficcional pode ser deixada propriamente aos gramáticos, mas o retórico deve retomar a discussão de como uma narrativa dada é acreditável. Ele também deve assinalar exercícios elementares na fala epidítica (*laudatio e comparatio*), em lugares-comuns (*communes loci*) e em questões especiais (*theses*) (MURPHY, 1982, p. 23). CHAUVIN, Jean Pierre. Dialética do Clichê. In: Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 4, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, maio, 2017. ISSN 23581069

a comparação consigo mesmo e/ou com os outros. Diante de pessoas e situações diferentes, um enunciado nesses termos ressoa como apologia da própria trajetória e condição a que chegou.

Em análise. Um dado curioso está no emprego da preposição. Talvez a intenção do usuário fosse sugerir que, no embate com as vicissitudes interpostas pela existência, ele as teria superado. Essa parece ser uma hipótese razoável. No entanto, bem sabemos que ninguém vence a vida; para começar, isso implicaria derrotar a morte.

Na chamada Era Pós-Moderna¹¹, quase sempre “vencer na vida” implica a “derrota na vida por parte do outro”. Apesar do neorracionalismo, em que o mercado foi sacralizado como potência maior da vontade humana, o lema fratricida é antiquíssimo. Caim matou Abel, afirma a *Bíblia*. Eis aí um dos signos primordiais da violência entre irmãos:

Matei o meu irmão. Se os tempos fossem outros, talvez [Caim] tivesse chorado, talvez se tivesse desesperado, talvez tivesse dado punhadas no peito e na cabeça, mas sendo as coisas o que são, praticamente o mundo só agora foi inaugurado, faltam-nos ainda muitas palavras para que comecemos a tentar dizer quem somos e nem sempre daremos com as que melhor o expliquem (SARAMAGO, 2009, p. 42).

De volta ao plano do cotidiano. A força do uso está patente no discurso. Em tese, vencer na vida transmite menor pretensão por parte do enunciador. Proferida deste modo, a frase concede ao falante a ideia de que sua vitória aconteceu ao longo da vida. Daí o emprego, ainda que inconsciente, da contração “em” + “a”, já que “na” é uma forma simplificada e mais coloquial para “durante”.

Porém, isso suscita outra questão: “na” carrega um segundo sentido. Em lugar de exprimir passagem de tempo, pode sugerir uma concepção espacial de “vida”. Ou seja, viver se dá em um tablado específico, onde uns e outros digladiam contra os desejos próprios e as opiniões alheias. Sob esse aspecto, “Vencer na vida” pressupõe um ser em combate consigo mesmo – sentido fortalecido pelo verbo utilizado, perpassado que está pela acepção de ambiente, cenário.

É provável que o enunciado do sujeito bem-sucedido faça mais sentido para ele mesmo. Para o ouvinte, sentenças desse feitio podem constituir apenas um tópico de conversação. Sob esse aspecto, o que está em jogo é a intensidade que os usuários atribuem à tarefa de “vencer na vida”. Ou seja, podemos estar frente ao uso fático da linguagem¹², segundo a conhecida terminologia proposta por Roman Jakobson.

11 O conceito é discutível, de modo similar a tantos outros termos incapazes de definir ou enfeixar determinado período histórico, como também é o caso de Pré-Modernismo.

12 “Este pendor para o contato ou, na designação de Malinowski, para a função fática, pode ser evidenciada por uma troca profusa de fórmulas ritualizadas, por diálogos inteiros cujo único propósito é prolongar a comunicação” (JAKOBSON, 1975, p. 126).

CHAUVIN, Jean Pierre. Dialética do Clichê. In: Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 4, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, maio, 2017. ISSN 23581069

Aceita a possibilidade de se tratar de um tema evocado espontaneamente durante o diálogo, sem qualquer dose de cálculo por parte dos usuários, nada impede que o assunto seja considerado como uma “ideia acessória”, nos termos empregados por Tzvetan Todorov:

As ideias acessórias são, portanto, significados que evocamos, queiramos ou não, em todo ato de significação e só se distinguem das principais pela posição marginal. Entre as ideias acessórias¹³ é vão inscrever-se as figuras. As figuras são ideias acessórias que indicam a atitude do sujeito que fala em relação àquilo de que fala, e provocam automaticamente a mesma atitude naquele que ouve (TODOROV, 2014, p. 137).

Ao comentar o “estilhaçamento” da Retórica no século XX, graças à fragmentação do saber, à lógica mercantil e o advento da publicidade em larga escala, Olivier Reboul desmonta outro lugar-comum, frequentemente repetido pelos adeptos ferrenhos das tecnologias e do discurso mercadológico: “‘Vivemos no século da imagem’, é o que se ouve com frequência. Clichê bem contestável, pois os outros séculos comunicaram-se bem mais pela imagem que pelo texto escrito. Além do mais, é raro que as nossas imagens possam prescindir do texto escrito para serem legíveis” (REBOUL, 2000, p. 83).

Como se vê, as discussões sobre o emprego de frases-feitas e lugares-comuns abarcam diversos setores diretamente relacionados à vida dos falantes. Um dos exercícios mais prazerosos seria localizar discussões metalinguísticas a esse respeito em bons romances.

Para citar mais um exemplo, fiquemos com a reação de Deus ao silêncio de Adão e Eva, no já citado romance de José Saramago: “Num acesso de ira, surpreendente em quem tudo poderia ter solucionado com outro rápido fiat, correu para o casal e, um após o outro, sem contemplações, sem meias-medidas, enfiou-lhes a língua pela garganta abaixo” (SARAMAGO, 2009, p. 9).

E já que se está a falar sobre o primeiro livro da *Bíblia*, convém recuperar a informação de que a linguagem das Escrituras baseia-se em códigos cifrados, o que implica duas coisas. Primeiramente, ela admitira leituras em diferentes níveis: uma reservada aos representantes de Deus no plano terráqueo; outra, aos leitores ordinários, que forcejam por escapar ao subsolo.

13 “Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (BENVENISTE, 2006, p. 84 – grifo do autor).

Em segundo lugar, ao descobrirmos o elevado potencial simbólico do enunciado, aferimos que se trata de um conjunto numeroso de textos em que o artifício da construção é tão ou mais importante que a inflexibilidade do dogma, tomado por muitos como verdade incontestável:

O *Gênesis* conta que Abrão tomou consigo 318 servos armados para resgatar Ló (Gênesis 14:14). Por que 318? Porque, diz Prudêncio (seguindo o comentário de Ambrósio), em grego o número é escrito “TIH” [*tau-iota-eta*], que é também a Cruz (T) e as duas primeiras letras do nome de Jesus (IH). Note-se que essa *allegoria* é “desdobrada” inicialmente por meio de uma configuração visual-verbal. IH são letas que também são números (CARRUTHERS, 2011, p. 277 – grifo da autora).

O receio da punição pode ser um elemento-chave para a manutenção do respeito à entidade superior. Graças ao temor, semeiam-se palavras controversas que adquirem o estatuto de onipotência. Onde há temor não há respeito legítimo, diz o senso comum. E aqui o lemos, em linguagem artística: “Não bastavam sodoma e gomorra arrasadas pelo fogo, aqui, no sopé do monte sinai, ficara patente a prova irrefutável da profunda maldade do senhor, três mil homens mortos só porque ele tinha ficado irritado com a invenção de um suposto rival em figura de bezerro” (SARAMAGO, 2009, p. 101).

Evidentemente, fazer ressalvas à tirania é reconhecer a sua pujança – ainda que ela se dilua por entre os pequenos flancos, perpetrados entre nós. A bem de alguma verdade, equilibrar-se entre montanhas e vales recorrendo a frases de encomenda, opiniões de empréstimo e fórmulas discursivas, reforça a hipótese de que o lugar-comum não sobre-existe à toa. Pelo contrário, ele tem estatuto próprio e tende a ampliar o número de adeptos a proclamar a insuficiência de si mesmos perante o verbo. *Fiat lux*.

Referências

- ACHCAR, Francisco. *Lírica e lugar-comum: alguns temas de Horácio e sua presença em Português*. São Paulo: Edusp, 1994.
- BENVENISTE. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. 2ª ed. Tradução: Eduardo Guimarães. Campinas (SP): Pontes Editores, 2006, pp. 81-90.
- BERGSON, Henri. *O que Aristóteles pensou sobre o lugar*. Tradução: Ana Lia A. de Almeida Prado. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2013.
- CARRUTHERS, Mary. *A técnica do pensamento*. Tradução: José Emílio Maiorino. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2011.
- CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. Tradução: Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Centauro, 2005.
- DUBOIS, Jacques et al. *Rhétorique générale*. Paris: Larousse, 1970.
- GÊNESIS. In: *Bíblia de Jerusalém*. 1ª ed. 10 reimpr. Tradução: Domingos Zamagna. São Paulo: Paulus, 2015, pp. 33-50.
- HANSEN, João Adolfo. Lugar-comum. In: MUHANA, Adma; LAUDANNA, Mayra; BAGOLIN, Luiz Armando (Orgs.). *Retórica*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros (USP); Annablume, 2012.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução: Izidoro Blikstein; José Paulo Paes. 8ª ed. São Paulo: Cultrix, 1975.
- LURKER, Manfred. *Dicionário de Simbologia*. 2ª ed. Tradução: Mario Krauss; Vera Barkow. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MURPHY, James. *Rhetoric in the Middle Ages: a history of rhetorical theory from St. Augustine to the Renaissance*. Berkeley: University of California Press, 1981.
- PLEBE, Armando; EMANUELE, Pietro. *Manual de retórica*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ROBRIEUX, Jean-Jacques. *Éléments de Rhétorique et d'Argumentation*. Paris: Dunod, 1993.
- SARAMAGO, José. *Caim*. São Paulo: Companhias das Letras, 2009.
- TODOROV, Tzvetan. *Teorias do símbolo*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- CHAUVIN, Jean Pierre. Dialética do Clichê. In: Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 4, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, maio, 2017. ISSN 23581069

YATES, Frances A. *A arte da memória*. Tradução: Flávia Bancher. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

Falas Breves

CHAUVIN, Jean Pierre. Dialética do Clichê. In: Revista eletrônica *Falas Breves*, v. 4, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, maio, 2017. ISSN 23581069